

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL

Abreviaturas utilizadas	11
1. Considerações gerais	15
1.1. Conceitos de caducidade e prescrição	15
1.2. Fundamentos da caducidade e da prescrição	17
1.3. A obrigação tributária como modalidade de obrigação	18
1.4. Efeitos da prescrição	18
1.4.1. Efeitos da prescrição das obrigações, em geral	18
1.4.2. Efeitos da prescrição da obrigação tributária	19
1.5. Conhecimento da prescrição	20
1.5.1. Conhecimento da prescrição em processo de execução fiscal pelo órgão da execução fiscal	22
1.5.2. Conhecimento oficioso da prescrição pelo juiz	23
1.5.2.1. Conhecimento da prescrição em processo de execução fiscal	23
1.5.1.2. Conhecimento da prescrição em processo de impugnação Judicial	23
1.6. Pagamento de obrigação tributária prescrita	25
2. Regimes gerais de prescrição da prestação tributária	33
2.1. Necessidade de ponderação de vários regimes	33
2.1.1. Regime do Código de Processo das Contribuições e Impostos ..	33
2.1.2. Regime do Código de Processo Tributário	34
2.1.3. Regime da LGT	35
2.1.3.1. Redacção inicial	35
2.1.3.2. Redacção da Lei n.º 100/99, de 26 de Julho	35
2.1.3.3. Redacção da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro ..	36
2.1.3.4. Redacção da Lei n.º 53.º-A/2006, de 29 de Dezembro	36
2.2. Dívidas à Segurança Social	37
2.3. Dívidas às autarquias locais	39

ÍNDICE GERAL

3. Prazos de prescrição	41
3.1 Evolução legislativa	43
3.2. Termo inicial do prazo de prescrição	44
3.2.1. Regimes gerais de prescrição	44
3.2.1.1. Impostos periódicos e de obrigação única	45
3.2.2. Dívidas de contribuições para a Segurança Social	49
3.2.3. Dívidas de taxas de que são titulares autarquias locais	50
3.2.4. Termos iniciais especiais para o IMT e para o Imposto do Selo	51
3.3. Suspensão do prazo de prescrição	52
3.4. Interrupção da prescrição. Efeitos instantâneos e duradouros	57
3.4.1. Regime do Código Civil	57
3.4.2. Especialidades da interrupção da prescrição da obrigação tributária	57
3.4.2.1. Regime anterior à entrada em vigor da LGT	58
3.4.2.1.1. Combinação de causas de interrupção com causas de suspensão da prescrição	62
3.4.2.2. Regime da LGT anterior à entrada em vigor da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro	66
3.4.2.3. Regime posterior à entrada em vigor da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro	69
3.4.2.4. Possibilidade de ocorrência de mais que um facto interruptivo	72
3.4.2.4.1. Ocorrência de uma nova causa de interrupção antes de 1-1-2007, após a cessação de efeitos da anterior, que produziu os seus efeitos até ao termo do processo, que não esteve parado por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte	74
3.4.2.4.2. Ocorrência de uma nova causa de interrupção antes de 1-1-2007, após a cessação de efeitos da anterior, tendo a primeira causa deixado de produzir os seus efeitos próprios, por o processo ter estado parado por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte	76
3.4.2.4.3. Ocorrência de uma nova causa de interrupção antes de 1-1-2007, enquanto uma anterior ainda está a produzir efeitos, por o processo não ter estado parado por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte	78
3.4.2.4.3.1. Nenhum dos processos vem a parar por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte	79
3.4.2.4.3.2. Só o primeiro processo vem a parar por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte, quando o segundo já estava pendente	80

ÍNDICE GERAL

3.4.2.4.3.3. Só o segundo processo vem a parar por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte, quando o primeiro ainda estava pendente	81
3.4.2.4.3.4. Ambos os processos vêm a parar por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte	83
3.4.2.4.4. Ocorrência de uma nova causa de interrupção depois de 1-1-2007	85
4. Regras sobre aplicação da lei no tempo relativamente a extinção de situações jurídicas	89
4.1. Regras básicas sobre aplicação da lei no tempo	89
4.2. Determinação do prazo a aplicar.	91
4.2.1. Regras do art. 297.º do CC	91
4.2.2. Leis a que se aplica o art. 297.º do CC	92
4.2.3. Justificação das regras do art. 297.º do CC	92
4.2.4. Momento em que se determina o prazo a aplicar	94
4.2.5. Aplicação destas regras à prescrição da obrigação tributária	95
4.2.5.1. Exemplo de prazo iniciado no CPT com verificação de causa interruptiva na sua vigência, sem paragem do processo por mais de um ano até à entrada em vigor da LGT	96
4.2.5.2. Exemplo de prazo iniciado no CPT com verificação de causa interruptiva e paragem do processo por mais de um ano consumada na sua vigência	97
5. Sucessão de leis sobre factos interruptivos ou suspensivos da prescrição	101
5.1. Ambas as leis reconhecem os mesmos efeitos interruptivos aos mesmos factos	102
5.1.1. Processo sem paragem por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte	103
5.1.2. Processo que parou por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte antes da entrada em vigor da nova lei	103
5.1.3. Processo parado por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte, com esse período completado depois da entrada em vigor da nova lei	104
5.2. A lei antiga reconhece efeito interruptivo a um facto a que não é atribuído esse efeito pela nova lei	105
5.2.1. A execução foi instaurada e não parou por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte até à entrada em vigor da LGT	106
5.2.2. A execução foi instaurada e parou por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte antes da entrada em vigor da LGT	106

ÍNDICE GERAL

5.2.2.1. O prazo a aplicar é o da LGT, à face da regra do art. 297.º, n.º 1, do CC	107
5.2.2.2. O prazo a aplicar é o do CPT, à face da regra do art. 297.º, n.º 1, do CC	107
5.3. A lei nova reconhece efeito interruptivo a um facto a que não é atribuído esse efeito pela lei antiga	109
6. Interrupção da prescrição em relação ao responsável subsidiário	115
6.1. Relevância dos factos interruptivos que se verifiquem em relação a devedores solidários e outros devedores subsidiários	121
7. Regime especial da prescrição das obrigações de contribuições para a segurança social	125
7.1. Aplicação subsidiária do regime da LGT	125
7.2. Diligências administrativas interruptivas da prescrição	127
7.3. Sucessão no tempo das normas sobre prescrição das obrigações de contribuições para a segurança social	129
8. Regime especial de prescrição das obrigações tributárias das taxas autárquicas	133
9. Regime de prescrição de dívidas de juros a favor da Fazenda Nacional	137
9.1. Juros compensatórios e juros de mora	137
9.2. Prescrição dos juros compensatórios	139
9.3. Prescrição de juros de mora	142
9.3.1. Questão da subsistência do regime especial relativo aos juros de mora devidos por contribuições para a segurança social	142
9.3.2. Regime geral de prescrição de juros de mora	143
9.3.2.1. Legislação anterior relevante	143
9.3.2.2. Razões da limitação dos juros de mora	146
9.3.2.3. Questão da aplicação do regime do art. 48.º da LGT	148
9.3.2.4. Art. 44.º, n.º 2, da LGT	150
9.3.2.4.1. Campo de aplicação do art. 44.º, n.º 2, da LGT	150
9.3.2.4.2. Questão da vigência do art. 44.º, n.º 2, da LGT	152
9.3.2.4.3. Natureza do prazo do art. 44.º, n.º 2, da LGT	154
9.3.2.5. Casos de pagamento pelo sub-rogado	159
9.3.2.6. Conclusão sobre o regime de prescrição dos juros de mora relativos a dívidas tributárias	162